



## A CONTRIBUIÇÃO E INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ACRE: ESTUDO DE CASO DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO – ZPE

Ravela de Souza Marinho <sup>1</sup>  
Carlos Estevão Ferreira Castelo <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo trata-se de uma “Estudo de Caso” da Zona de Processamento de Exportações - ZPE/AC dentro do contexto das políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado do Acre na tentativa de contribuir na elucidação dos principais motivos da mesma nunca ter entrado em operação. Objetivo do estudo será analisar criticamente a iniciativa denominada Zona de Processamento de Exportação – ZPE/AC, detectando os principais motivos da inviabilidade de funcionamento da mesma.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Estado, Zona de Processamento de Exportação.

### RESUMEN

Este artículo es un "Caso de Estudio" de la Zona Procesadora de Exportaciones - ZPE / AC en el contexto de las políticas públicas de desarrollo económico del Estado de Acre en un intento por contribuir al esclarecimiento de las principales razones por las que nunca entró en operación. El objetivo del estudio será analizar críticamente la iniciativa denominada Zona Procesadora de Exportaciones - ZPE / AC, detectando las principales razones de su inviabilidad para su funcionamiento.

**Palabras clave:** Desarrollo, Estado, Zona de Procesamiento de Exportación.

### INTRODUÇÃO

A pesquisa em andamento resultou de um questionamento frequentemente levantado no meio acadêmico acreano sobre os vários motivos da não existência de uma economia regional forte, que não utilize a administração pública como principal fomentador, visto que a região do Acre é dotada de muitos recursos oriundos da floresta, além de outros recursos culturais.

Observa-se que o Estado do Acre atualmente possui como principais fontes de geração e circulação de renda, diferente de regiões mais dinâmicas economicamente, os setores da administração pública, de serviços e comércio. Sendo a administração pública o principal meio

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC, [ravelagaspar@hotmail.com](mailto:ravelagaspar@hotmail.com);

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC, [carlos.castelo@ufac.br](mailto:carlos.castelo@ufac.br).



de empregabilidade. Sendo assim, a importância de fazer a pesquisa surge dessa análise, pois caso o Estado diminua a dependência de transferências federais e as pessoas residentes dependam menos da oferta de vagas em concursos públicos ou cargos comissionados, poderíamos minimizar a dificuldade de parte considerável da população na obtenção de renda.

A relevância do estudo de caso da Zona de Processamento de Exportação - ZPE/AC, portanto, aparece no centro dessa problemática, ou seja, de buscar encontrar outras alternativas para a geração de renda para o Estado do Acre.

A questão central discutida no trabalho será, portanto, entender os principais motivos para a Zona de Processamento de Exportação - ZPE/AC nunca ter entrado em operação, mesmo com esse distrito industrial incentivado tendo sido devidamente alfandegado com a disponibilização da infraestrutura necessária para alocação das empresas exportadoras.

Levantou-se como hipótese para a ZPE/AC nunca ter entrado em efetivo funcionamento, apesar de alfandegada: questões relacionadas com a crise mundial que o mundo capitalista vivenciava por ocasião do alfandegamento; a não promoção da cooperação entre os países fronteiriços: Peru e Bolívia para a melhoria de cidades gêmeas, como Assis Brasil/Brasil, Inãpari/Peru e Pando/Bolívia, que auxiliariam nas rotas de exportação dos produtos produzidos no Acre, e, ainda, a não existência de uma cultura exportadora no Estado do Acre.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada através dos seguintes procedimentos: revisão de literatura em livros, artigos de jornais; análise do Projeto de Lei 5957/2013, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativos das Zonas de Processamento de Exportação; análise de relatórios técnicos sobre as ZPE's, boletins informativos, e, ainda, com entrevistas com pessoas que fizeram parte da criação e implementação da ZPE/AC, além de especialistas no tema, com objetivo de levantamento de informações e criação de fontes sobre o não funcionamento da mesma.

Vale assinalar que o presente estudo contou com alguns contratempos, pois a julgar pela temática do ineditismo, há poucos materiais sobre o assunto, principalmente sobre a ZPE/AC, de certa maneira obrigando a buscar informações com pessoas que fizeram parte da criação e implementação da mesma.

Para as entrevistas utilizaram-se questionários encaminhados via e-mail (ver anexo), além de elementos da metodologia da História Oral aplicados via vídeo chamada.



## REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente é relevante esclarecer alguns significados importantes para a compreensão do conceito de espaço, para entendermos como o Estado produz e organiza espaço para atender aos interesses das transnacionais e capital financeiro, que se utilizam desse espaço para se reproduzirem.

Para muitos paisagem e espaço são considerados sinônimos, mais para Santos (1988, p. 21), paisagem é “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca”. De forma bem simples, paisagem é identificada apenas como aquilo que é visível ao olho.

Já o espaço ocupa outro nível de percepção, segundo Santos (1988, p. 25):

o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação do homem sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.

Grosso modo, o espaço é tido como a inter - relação do homem com o meio, e a paisagem é tudo aquilo que o olho consegue ver. Portanto “o espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento” (SANTOS, 1988, p. 26). Outro conceito utilizado por Santos (1988, p. 22), é de que “[...] a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas”.

Outra distinção importante de se fazer é compreender que espaço é diferente de território. De acordo com RAFFESTIN (1993) o espaço é concebido antes do território, portanto:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuito e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas e de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc” [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 143).



Dessa maneira, todas as infraestruturas construídas para benefício da sociedade constituem ações que estão direcionadas ao território, mais que esse é contido dentro do espaço, por isso a confusão dos conceitos, pois eles são muito utilizados para explicar as ações da sociedade.

## **O ESTADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

O sistema econômico vigente nos dias atuais é o capitalismo. Sistema de organização da produção que comanda todas as economias do globo. Nesse sentido, nos parágrafos a seguir aponta-se de forma resumida como o capitalismo aliado do Estado produz e organiza os espaços para atender apenas os interesses econômicos de poucos.

O modo de produção capitalista possui como mercadoria principal a terra na sua forma de reproduzir insumos para serem comercializados (SILVA, 1991). “[...] O capitalismo possui uma dimensão espacial que se manifesta como espaço geoeconômico – espaço de produção (agrícola, pecuário, extrativo, industrial), de troca (comercial), de circulação (vias de tráfego) e de consumo (urbano, de serviços) [...]” (SILVA, 1991, p. 133), esse espaço descrito é composto de vários sujeitos tornando-se um espaço de fluidez, descrito por Milton Santos, interconectado a vários lugares e mercados diferentes. Segundo Kurz (2002, p. 01) “[...] os serviços públicos assumem a mesma forma-dinheiro que a produção de mercadorias para o mercado [...]”, nesse sentido fica claro identificar a quem o Estado beneficia e quais atores participam desse processo.

De acordo com Silva (1991, p. 134), o funcionamento do mercado capitalista ocorre da seguinte forma: “O mercado, no capitalismo, expressa-se, então, como o conjunto dos lugares de produção, troca, circulação e consumo, ou seja, a realização do espaço geoeconômico, consiste na efetivação simultânea do espaço geográfico como espaço econômico e deste como aquele”, entender o funcionamento do mercado, esclarece como ocorre o funcionamento do capital e sua organização sobre o espaço.

De acordo com Kurz (2002, p. 01) “[...] a forma moderna "Estado" representa somente o reverso, a condição estrutural e a garantia da privacidade capitalista; o Estado não pode, conforme sua natureza, constituir a forma de uma "associação livre [...]”, pois existe a coisificação dos serviços oferecidos pelo Estado. Nesse sentido Kurz (2002, p. 01) continua “[...] os serviços públicos assumem a mesma forma-dinheiro que a produção de mercadorias para o mercado [...]”.



Kurz (2002, p. 01), esclarece a função principal que o Estado possui, onde “[...]A administração pública de coisas permanece assim nacionalmente limitada, burocraticamente repressiva, autoritária e ligada às leis fetichistas da produção de mercadorias [...]”, fica bem claro a nova finalidade que o Estado assume ao se alinhar a nova ordem capitalista.

## **UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO – TEORIA DECOLONIAL**

A palavra desenvolvimento no dicionário possui como significado: progresso, crescimento econômico, entre outros. Nesse sentido, essa palavra já entra no imaginário da sociedade com uma carga dotada de evolução na economia, de uma suposta passagem do ruim para o melhor. Em qualquer sentido que seja empregada a ideia de melhoramento é manifestada em nossas mentes. “[...] o sentido da palavra desenvolvimento está incrustado na nossa maneira de ler, pensar e representar o mundo” (MACHADO, 2006), pois tudo que se remete a progresso somos levados a evocar, quase de imediato, à palavra desenvolvimento.

“O termo ‘desenvolvimento’, além de polissêmico, não encontra consenso, na teoria ou na prática, quanto ao seu significado [...]” (RAVENA, 2019, p. 34), tornando-se, portanto, difícil de contextualização. Para os objetivos dessa pesquisa, tenta-se trabalhar o conceito de desenvolvimento na visão decolonial. Ou seja, com uma abordagem de desenvolvimento intrínseco, que pode surgir “a partir das particularidades históricas, culturais e das potencialidades de cada grupo” (RAVENA, 2019, p. 34), voltado para a realidade do lugar analisado.

“Para os ortodoxos, desenvolvimento é sinônimo de desenvolvimento econômico. Para os heterodoxos, a definição de desenvolvimento passa por categorias históricas e culturais, mas também está centrado no crescimento” (RAVENA, 2019, p. 34).

Segundo Machado (2006, p. 3):

Em torno da palavra foi, então, constituindo-se um núcleo de sentidos correlatos: crescimento, progresso, evolução, melhora, etc. Esse núcleo tem condicionado todas as tentativas de redefini-lo. Independente do contexto e do esforço empreendido – seja agregando-lhe um qualificativo, ou tecendo explicações e definindo seus limites

–, a expressão não escapa da ideia de “caminho percorrido”: do pior para o melhor, do simples para o complexo, do pouco para o muito, do inferior para o superior. Ela está sempre remetendo para uma escala evolutiva, para uma ideia de progresso.

Desse modo o desenvolvimento geralmente parte do pensamento elaborado nos países



desenvolvidos, aqueles que já possuem uma economia solidificada e que no discurso dizem que almejam desenvolver os países que possuem pouco ou não possuem progresso algum. Na visão daqueles, seria necessário se desenvolver economicamente a fim de participar do “mercado mundial”, seja por meio de venda ou compra de produtos. Desse modo, desenvolver-se significaria participar do mercado internacional.

“[...] Desenvolvimento é um produto da modernidade ou, mais especificamente, do período pós - Segunda Guerra Mundial, em que se buscava construir um projeto de hegemonia ideológica que tivesse a força necessária, para se contrapor [...], ao marxismo- leninismo” (RAVENA, 2019, p. 34).

O conjunto de conceitos construídos nos EUA e Europa em torno da palavra desenvolvimento, portanto, parte de um inabalável credo na capacidade da ciência para gerar recursos tecnológicos, a fim de produzir conjuntos de sistemas eficientes capazes de alimentar um progresso permanente na vida das sociedades (MACHADO, 2006). A partir dessa visão, o crescimento econômico ganharia um papel norteador na sociedade.

Embora a crença no progresso linear e cumulativo das sociedades tenha gerado ambiciosas formulações, chegando a se constituir em uma das ideias centrais do pensamento socioeconômico do século das Luzes (VIOLA, 2000: 13), foi somente depois da II Guerra Mundial que o sentido colonizador dessa noção pôde realizar toda sua potencialidade, passando a nortear um projeto geopolítico em escala global.

“Quando, porém, observam-se de perto aspectos mais estruturais da situação atual, verifica-se que o centro do sistema busca impor uma globalização de cima para baixo aos demais países” (SANTOS, 2001, p. 149). Inclusive, é através dessa nova organização das redes de mercado internacional que aparece o conceito de desenvolvimento econômico, utilizado pelos países desenvolvidos, para se impor aos não desenvolvidos.

É, pois, no interior dessas redefinições que uma longa tradição de construção social da ideia de desenvolvimento foi transformada em arma contra o comunismo e em ponta de lança da expansão capitalista sob a hegemonia dos EUA (ESTEVA, 2000). O bloco capitalista, liderado pelos EUA, concentrou esforços na defesa dos seus interesses (econômicos e políticos). O poder colonizador da ideia de desenvolvimento constituiu-se em um dos principais eixos do funcionamento da estratégia empreendida no sentido de reafirmar os valores e os interesses das sociedades capitalistas industrializadas, garantindo não só a sua reprodução, como também sua contínua expansão (MACHADO, 2006, p. 4).

Vale observar que o sentido de hegemonia não se reduz à dominação militar ou à superioridade econômica, mas articula o conjunto de fatores que levam uma potência a ser





dominante e dirigente, em todos os aspectos (SADER, 2005).

Segundo Lock (2004), o contexto das guerras é outro elemento bem difundido como uma ideologia dos países desenvolvidos como uma forma de impor autoridade sobre o país que se pretende coagir, essa forma de dominação pela força bruta é frequentemente usado pelos Estados Unidos, por exemplo, a fim de demonstrar seu status de dominador e detentor hegemônico.

É nessa perspectiva que, a partir do imediato pós-Segunda Guerra, tem início um imenso investimento envolvendo recursos econômicos, científicos e tecnológicos no sentido de reorientar a trajetória dos países do Terceiro Mundo, sob a promessa de finalmente colocá-los definitivamente nos trilhos do desenvolvimento. É no interior das complexas relações de poder estabelecidas entre as nações na esfera mundial, e entre os diferentes setores ou classes sociais no âmbito de cada uma delas, que o desenvolvimento das regiões consideradas pobres entrou na *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996). Isso colocou em ação uma série de dispositivos capazes de orientar condutas e modos de intervenção numa determinada lógica estabelecida, assim como, e principalmente, excluir alternativas que poderiam ameaçar essa mesma lógica (MACHADO, 2006, p. 4).

“O conjunto desses dispositivos colocados a serviço da salvaguarda dos valores culturais do ocidente capitalista a partir das disputas de hegemonia travadas na esfera internacional é que forma o núcleo do *discurso do desenvolvimento*” (MACHADO, 2006, p. 4). Desenvolvimento esse voltado para a dominação dos países que ainda não estão e não possuem poder econômico de competição frente aos desenvolvidos e o mercado internacional. Esse é o real objetivo do desenvolvimento econômico imposto.

A construção da ideia de subdesenvolvimento como identidade dos países do Terceiro Mundo foi um dos mais sólidos produtos desse discurso. A produção do mundo “subdesenvolvido” *política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente*, como disse Said em relação ao orientalismo (1990, p.15), foi um trabalho para o qual contribuíram, e ainda contribuem, agentes os mais variados, seja em relação às intenções, à formação profissional ou ao credo político; seja no interior de instituições especializadas; seja em centros de produção de conhecimentos (MACHADO, 2006, p. 4-5).

“Determinados espaços institucionais são particularmente relevantes na produção e difusão das estratégias discursivas que alimentam o discurso do desenvolvimento” (MACHADO, 2006, p. 5). Espaços que são construídos com a pretensão de dominação hegemônica dos países desenvolvidos, a fim de dominar, levando o seu progresso e seu desenvolvimento aos não desenvolvidos. A composição da hegemonia também está relacionada a outros fatores como a capacidade de persuasão que os valores ideológicos e os mecanismos



de sua difusão pelas distintas formas de expressão que os países desenvolvidos conseguem produzir e multiplicar.

Portanto, para além de ser um conceito utilizado pela economia para designar uma etapa fugaz em que se encontra uma determinada nação, e mais do que uma interminável fonte geradora de teorias econômicas e dissolução de técnicas científicas para problemas políticos, sociais e institucionais, “o discurso do desenvolvimento funciona como um mecanismo de hierarquização e dominação cultural” (MACHADO, 2006, p. 5).

Aproximando-se da trilha aberta por esses estudos, mas já na década de 1990, o colombiano Arturo Escobar (1998) realizou um extenso e profundo exame do desenvolvimento como regime de discurso e de representação social, de onde se construiu o terceiro mundo. Para ele, existe uma proximidade entre o modo de operar já caracterizado nos estudos sobre o orientalismo, africanismo, colonialismo e o do que ele denominou de *desenvolvimentismo*, no sentido de que eles estabelecem aparatos de produção de conhecimento e exercício de poder bastante eficientes na conformação de um “régimen de gobierno sobre el Tercer Mundo, un espacio para ‘los pueblos sujeto’ que asegura cierto control sobre el” (ESCOBAR, 1998 apud MACHADO, 2006, p. 5).

Foi no “período de expansão da economia mundial, *a era de ouro do capitalismo*, que o Discurso do Desenvolvimento (DD) emergiu, funcionando como instrumento de mediação das relações de poder e dominação [...]” (MACHADO, 2006, p. 06). Através desse discurso os países dominantes puderam expandir seus territórios e conseqüentemente enriquecer ainda mais às custas da pobreza e miséria daqueles que viam no progresso e abertura para o mercado internacional um escape para melhores condições dignas. Vale lembrar que o primeiro momento de dominação que tivemos conhecimento foi a invasão dos espanhóis e portugueses no continente americano, para fazer a expansão de suas terras e riquezas.

A ideia de desenvolvimento veiculada e reafirmada pelo DD é um construto assentado numa determinada concepção da história da humanidade e das relações entre o ser humano e a natureza, centrada na trajetória das sociedades industrializadas europeias e norte-americanas, como uma espécie de transplantação geográfica dessas. Essas sociedades são assumidas, implicitamente, como o modelo de sociedade considerado universalmente válido e desejável, sendo a partir delas estabelecidos os parâmetros tomados como universais para medir o relativo atraso ou progresso dos demais povos do globo (VIOLA, 2000). Em torno dessa concepção é que o conceito de subdesenvolvimento foi formulado e convertido em eixo e pilar de sustentação das políticas voltadas para a superação do “atraso” e da “pobreza” dos países do Terceiro Mundo – políticas essas orientadas pelo DD (MACHADO, 2006, p. 6).

Nesse sentido “cria-se um verdadeiro totalitarismo tendencial da racionalidade – isto é,





dessa racionalidade hegemônica, dominante -, produzindo-se a partir do respectivo sistema, certas coisas, serviços, relações e ideias” (SANTOS, 2001, p. 128). Há, portanto, o crescimento da dependência econômica entre os países subdesenvolvidos, isto pois desenvolvimento é uma criação histórica de modo de produção capitalista, baseado e sustentado na submissão dos países pobres (empobrecidos), onde dificilmente haverá inversões das condições de cada país.

Assim, entende-se que a palavra desenvolvimento nunca deixará de ter uma carga de dominação na sociedade, pois há por trás de tudo isso as estratégias, que os países desenvolvidos impõem aos não desenvolvidos. Ou seja, “[...] a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural” (SANTOS, 2001, p. 129). Globalização essa que pode ser entendida como o desenvolvimento, crescimento e progresso, no sentido visto antes.

O conceito de ambientalismo possui como marco inicial dois grandes eventos que marcam sua trajetória pelo mundo a fora, o primeiro foi a “Conferência da Biosfera, ocorrida em Paris, em 1968; e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972” (CAMELY, 2018, p. 64). A partir dessas conferências as questões ambientais entram como pauta principal nos assuntos econômicos e políticos dos países desenvolvidos.

“Da Conferência de Estocolmo, resultou a Declaração sobre o Homem e o Meio Ambiente, que continha 26 princípios e um Plano de Ação para o Homem e o Meio Ambiente e criava o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)” (CAMELY, 2018, p. 65). Foi a partir dessa conferência e do documento que se iniciava as novas estratégias ambientais mundiais e principalmente para a Amazônia, visto que esta possui grande biodiversidade dentro do território brasileiro.

Portanto, o termo ambientalismo já surge como estratégia dos organismos internacionais juntamente com o Estado para a organização e ordenamento do espaço, e foi nesse sentido que a partir de 1999 com o ingresso da Frente Popular do Acre (FPA) no poder estadual, o Governador Jorge Viana implanta uma “nova gestão” voltada para as questões ambientais em conjunto com os organismos internacionais, como ONGs e o mercado financeiro.

Uma das principais propostas de política que o Governo passou a desenvolver após a posse, como auxílio do *slogan* “governo da floresta”, sustentava-se, exatamente, na exploração racional da floresta. Recursos madeireiros e não madeireiros (CASTELO, 2014, p.24). Com Viana no poder o desenvolvimento no Acre é adjetivado: “desenvolvimento sustentável”. Na visão de Souza (2021, p. 08), analisando em texto recente todo o período de governo (1999-



2018), concluiu que não passou de um “[...] experimento econômico – social de caráter colonialista, voltado para a mercadificação, gestão e exploração de bens naturais e, por conseguinte, para o domínio dos territórios.

O fato é que com a posse do novo governador, entram em vigor vários agentes modernizadores na implantação de um “novo modelo” que, de forma virtuosa, faria a união entre as agendas ambiental, social e econômica. A saída para o Acre se desenvolver estaria, a partir do novo discurso estabelecido, no aproveitamento da única vantagem comparativa que o Estado possuía: a floresta” (CASTELO, 2014, p. 24). A nova proposta tinha também como objetivo recuperar a capacidade de planejamento do Estado e encontrar uma saída para o desenvolvimento baseado na exploração inteligente da vantagem comparativa floresta. Observa-se que a industrialização aparecia no discurso, mas com intensidade pequena e focada nos recursos madeiros e não madeiros. Após experiências sem sucesso com a exploração de recursos florestais não madeiros, o foco centrou-se no manejo de madeira, inclusive em áreas protegidas, com resultados bastante questionáveis (sobre isso ver mais em Castelo, 2014).

Em 2007, Binho Marques (2007 – 2011) assume a governança no Estado, “com ele o discurso da “florestania” parece perder força. Mas a atividade econômica de maior representatividade do dito “modelo de desenvolvimento sustentável” continuou sendo bastante incentivada: o manejo “sustentado” de madeira” (CASTELO, 2014, p. 25).

A “Florestania” perde força, mas o governo continua apontando que a saída estaria na vantagem comparativa da floresta. Como percebiam que esta saída poderia não ser suficiente começaram a falar em industrialização com mais intensidade, em atrair empresas para o Estado, entre outros mecanismos.

Em 2011, assume como novo governador Tião Viana, irmão de Jorge Viana, “nas falas do novo Governador era comum escutar que o “Estado estava se modernizando”, que havia sido “preparado para crescer” e que, a partir de então, a “indústria deveria também ser o foco”” (CASTELO, 2014, p. 26), na nova gestão de Tião Viana, muda-se a estratégia e passa-se a apontar que “teria chegado a vez da indústria”. Que o Estado havia se preparado para crescer, com os governos anteriores, e a industrialização seria muito importante para o desenvolvimento do Estado, nesse sentido o mesmo passa a investir fortemente em empresas (Dom Porquito, Peixes da Amazônia, entre outros).

Nesse mesmo governo entra em ação a Zona de Processamento de Exportações – ZPE, onde a mesma é alfundegada em 2010, entretanto nesse mesmo período já estávamos sofrendo os impactos da crise mundial de 2008.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo encontra-se em andamento, pois ainda não foi realizada todas as entrevistas com as pessoas que fizeram parte da implementação da Zona de Processamento de Exportação – ZPE/AC, devido ao contexto que nos encontramos, essa etapa será realizada seguindo a metodologia descrita acima, portanto essa etapa ainda não possui resultados concretos.

Portanto os resultados obtidos na análise realizada com o referencial teórico e com as entrevistas realizadas, pudemos observar que a Zona de Processamento de Exportação, teve um estudo de caso para verificar sua viabilidade, mas no contexto já mencionado no texto, a mesma iria trabalhar com exportações voltados para produtos embutidos, visto que o próprio Estado do Acre já tinha algumas empresas locais e que esse mantinha, tais como: Peixes da Amazônia, Fábrica de Tacos, Fábrica de Preservativos Natex, Dom Porquito, entre outros.

Nesse sentido essas empresas locais iriam ter suas instalações na Zona de Processamento de Exportações afim de subsidiar novos acordo com os países andinos.

## REFERÊNCIAS

ACRE, Governo do Estado do. **Acre em números**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento, 2017. Disponível em: <http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/acre-em-numeros-2017.pdf>. Acesso em: 08 fev.2021.

ALENCAR JR, Osmar G. **Crise global e a necropolítica do governo Bolsonaro em tempos de pandemia**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 56, N. 3, p. p. 266-276, set/dez 2020.

AMBIENTALISMO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ambientalismo/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS. **Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente humano – 1972**. São Paulo, 2021. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 09 jun.2021.

CAMELY, Nazira. **Imperialismo, Ambientalismo e ONGS na Amazônia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de Seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias**. 2014. 367 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.



DAWBOR, Ladislau. **A era do Capital Improdutivo: Porque oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

GOVERNO do Acre vai mesmo vender ZPE aos chineses; negócio avançou nesta quarta. **Acre News.com.br**, Rio Branco, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://acrenews.com.br/2021/01/governo-do-acre-vai-mesmo-vender-zpe-aos-chineses-negocio-avancou-nesta-quarta/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

LOCK, Peter. Transformações da guerra: a dominação da violência reguladora. In: MARTINS, C. A.; SÁ, F.; BRUCKMANN, M. (Org.); SANTOS, T. (Coord.). **Globalização dimensões e alternativas**. ed. PUC – Rio: São Paulo: Loyola, 2004 (Série: Hegemonia e contra hegemonia, v. 2).

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso de desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio – 92**. Brasília: III Encontro ANPPAS, 2006.

MARX, K. **O Capital**. Coleção os Economistas. Nova Cultural. São Paulo, 1985.